

Educação jesuítica no Brasil Colonial

Marisa Bittar ·
Amarílio Ferreira Junior

Ambos são professores do Departamento de Educação
UFSCar e doutores em História Social pela USP.
e-mail: bittar@power.ufscar.br / ferreira@power.ufscar.br

Resumo

Este artigo discute a presença jesuítica no Brasil colonial, período que abrange dois séculos de história (1549-1759). Nesse longo interregno, o padrão de pensamento ocidental foi lenta, mas eficazmente implantado por meio do processo de aculturação dos povos indígenas, da catequese e da educação. As ações missionárias dos jesuítas, porém, acabaram sofrendo uma mudança de rota quando a catequese foi superada pela fundação de colégios nos quais se formavam os quadros da própria Companhia. Esses colégios passaram a ter como base econômica grandes fazendas de gado, nas quais também se praticava a escravidão. A partir de então, aproximam-se os interesses entre a colonização e a Companhia de Jesus, pois os colégios passaram a ser entidades econômicas.

Palavras-chave

Educação Colonial, Colégios Jesuíticos, Economia Colonial.

Abstract

This article discusses Jesuit presence in colonial Brazil, a period that includes two centuries of history (1549-1759). Over that long period the pattern of western thought was slowly but efficiently implanted through the process of acculturation of the indigenous peoples, through catechism and education. The Jesuit missionary action, however, ended up suffering a change of route when the catechism was replaced by the foundation of schools in which replicas of the Company itself were formed. These schools started to have as an economic foundation great cattle farms in which slavery was also practiced. As of then, the interests between colonization and the Company of Jesus became closer, because the schools started to become economic entities.

Key-words

Colonial education, Jesuit Schools, Colonial Economy.

Introdução

A presença jesuítica no Brasil Colonial abrange um período de mais de dois séculos (1540-1759), nos quais o padrão cultural ocidental foi, em grande parte, inculcado por meio da catequese e da educação. O processo de aculturação já estava anunciado no singular documento que formalizou a descoberta em 1500. No seu português quinhentista, Pero Vaz de Caminha, escrivão da expedição de Pedro Álvares Cabral, ao redigir sua célebre Carta a el-Rei D. Manuel, já se refere à necessidade de *“salvar esta gente”*. Talvez a convicção no destino cristão dos brasis tenha lhe ocorrido ao observar que alguns deles haviam imitado gestos católicos por ocasião da missa de 1º de maio, inclusive com beijos na cruz, que Frei Henrique fizera erguer. Eis como escreveu Caminha: “Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendéssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fê, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade”¹.

A crença nessa missão, portanto, é anterior ao próprio nascimento da Companhia de Jesus (1540), ou seja, a Coroa Portuguesa antecipa a idéia de *“salvação das almas”*, o que se percebe nas palavras de Pero Vaz, para quem era necessário disposição para cumprir “o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa fê”². Assim, é como se a criação da Companhia, quatro décadas após “a nova do achamento”, significasse a possibilidade de concretização desse *“acrescentamento”*, pois da pena do escrivão havia sido

lavrada a profecia: “E o Ele nos para aqui trazer creio que não foi sem causa”³. Em outras palavras: se *“Ele”* (Deus) os trouxe para as terras brasílicas, a *“causa”* deveria ser a catequese, a expansão da fé católica.

Os padres inicianos estavam respaldados em prédicas que não eram só suas. Ávidos por conquistar *“novas almas”* para o rebanho católico, logo se dispuseram a deixar a Europa com destino à catequese além-mar, dando uma resposta prática e eficaz à Reforma que se alastrava em terras do Velho Mundo.

Espada e cruz não se separavam no século XVI quando a Igreja Católica exercia poder supra-nacional. Os poderes político e religioso eram, de fato, um só. Assim não é de estranhar que a Corte portuguesa, ao dar início efetivo à colonização do Brasil, o tenha feito associada à Companhia de Jesus. Segundo José Maria de Paiva, estudioso da cultura brasileira da época, “não se tratava, de maneira alguma, de preservação de espaço em relação à ‘heresia’ protestante: era o medo de desestruturação do seu mundo, o único e verdadeiro. A pedagogia estava em defesa da necessidade, em defesa da sobrevivência”⁴.

O Padre Serafim Leite, em seus 10 volumes sobre a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, assim se refere à associação de interesses entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica para esse fim: “el-Rei chamou os jesuítas e confiou-lhes a missão da conquista espiritual desse novo Estado [Brasil]. Esta é a grande honra de Portugal. Nenhum outro país colonizador (excepto a Espanha) fez da catequese a base da colonização. Quando muito cooperadora, que é o caso da Bélgica a-respeito do Congo”⁵.

Paiva explica tal associação chamando a atenção para o fato de que se os jesuítas foram os escolhidos como os educadores no reino de Portugal em detrimento de outras

congregações, isto significa, no mínimo, que a sua pedagogia estava de acordo com a cultura portuguesa e com a visão de mundo da Corte. E enfatiza: "a expressão cultural maior portuguesa quinhentista é a religião"⁶.

Catequese, Casas de Bê-á-bá e Colégios

Os colégios da Companhia de Jesus constituíram-se num dos veículos mais eficazes de difusão da mentalidade portuguesa em terras brasileiras. Foram os jesuítas que criaram e por dois séculos quase exclusivamente mantiveram o ensino no Brasil. Tanto é que, ao serem expulsos por ordem do Marquês de Pombal, em 1759, deixaram para trás um "vazio educacional".

Educação jesuítica e colonização são processos históricos que nasceram juntos. De fato, como já assinalamos, uma vez decidida a colonização do Brasil, a partir de 1530, a Coroa Portuguesa teve como co-partícipe a Igreja Católica. É preciso lembrar, inclusive, que à época, o poder espiritual (Igreja Católica) era superior ao poder temporal (Estado), por isto não é estranho que tenham iniciado juntos tamanha empreitada.

A primeira carta do padre Manuel de Nóbrega, Superior da Missão do Brasil, logo ao aqui chegar, é um testemunho. Escrita a 29 de março de 1549, informa o Padre Simão Rodrigues, Provincial de Portugal, sobre a primeira ação de ensino e catequese:

Ho irmão Vicente Rijo insina ha doutrina aos mininos cada dia, e tambem tem escola de ler e escrever; parece-me bom modo este para trazer hos Indios desta terra, hos quaes tem grandes desejos de aprender e, preguntados se querem, mostrão grandes desejos. (...) e já hum dos principaes delles aprende a ler e toma lição cada dia com grande cuidado, e em dous dias soube o ABC todo (...). Diz que quer ser christão e nom comer carne

humana, nem ter mais de huma mulher⁷.

Tido como primeiro discípulo, esse índio, que teria aprendido o ABC todo em apenas dois dias (!), parece ter se constituído numa exceção, pois o próprio Serafim Leite assevera que os alunos em geral não foram índios adultos, mas os seus filhos e os filhos dos portugueses, que iam nascendo na terra, como os netos do Caramuru, na Bahia, e os de João Ramalho, em São Vicente. Estes contam-se entre os primeiros estudantes do Brasil, acrescentados dos órfãos de Lisboa, logo chegados. Esses órfãos, colocados a estudar juntamente com crianças mamelucas, aprenderiam a língua dos índios, cumprindo indispensável papel na aculturação, pois, bilingües, serviriam de "instrumento apto e próximo para a conquista das almas"⁸. A necessidade de aprender o idioma da "língua brasileira" estava posta desde o início "para o mister da conversão do gentio", escreveu Serafim Leite. Temos outros testemunhos sobre o uso desse veículo de aculturação, como a carta do padre Rui Pereira aos irmãos de Portugal, em 1560: "Na cidade e também na Vila Velha, o padre Luis da Grã ordenou em casa que houvesse cada dia uma hora de lição da língua brasileira, que aqui chamamos grego; ele é o mestre dela por saber entender e explicar suas regras melhor que todos"⁹.

Da leitura dos documentos da época parece, porém, que a obra de catequese não gerava os resultados esperados de imediato. É comum encontrar, tanto nas cartas dos primeiros jesuítas, como em relatos de viajantes, demonstrações de decepção, constatações de que os índios logo se esqueciam "de tudo", "da verdadeira religião", "do verdadeiro Deus" etc. Interessante é que, do lado oposto aos jesuítas, outros cristãos faziam o mesmo julgamento. O francês Jean de Léry, um dos arduos missionários que acorreram à Genebra, a cidadela do protestantismo, atendendo ao

apelo de Calvino para espalhar, mundo afora, a doutrina do mestre, vem ao Brasil por volta de 1552 e relata o seu esforço para converter "os selvagens da América". Enfatizando "o deplorável estado em que vive essa mísera gente"¹⁰, na sua contundência protestante, valse dos índios como prova da existência de Deus para combater "os endiabrados ateus de que nossa terra anda cheia"¹¹, mas conclui, frustrado, que depois de lhes explicar que havia "um só Deus soberano, criador do mundo, que fez o céu e a terra", tudo era inútil pois, "apesar de tôdas as suas promessas de nada valia a lição. Logo a esqueciam"¹².

Em nome desse "Deus soberano", sempre contraposto aos demais deuses como "justo", abate-se a violência contra a "gente boa e de bela simplicidade" das terras brasileiras. Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso*, afirma, a propósito, que "uma vez admitida a pregação universal do Evangelho, tenderiam por força a alargar-se as possibilidades de guerra justa contra alguns povos primitivos, equiparados, agora, não a simples gentios, ignorantes da verdade revelada, mas aos apóstatas"¹³. De fato, o próprio Jean de Léry revela acreditar nisso quando escreve que "embora os nossos americanos não o confessem francamente, estão na verdade convencidos da existência de alguma divindade; portanto, não podendo alegar ignorância não estarão isentos de pecados"¹⁴. Se lhes são imputados "pecados", o maior deles, na óptica cristã, devia ser o de apostasia!

Mas a preocupação em formar quadros para o apostolado e em difundir o padrão de pensamento ocidental oriundo da Contra-Reforma operaram uma mudança de rota: a obra de catequese em si foi gradativamente suplantada pelos colégios que no século XVII, alastram-se. Provavelmente, a inversão de prioridade tenha sido a responsável pela incor-

poração de práticas mercantilistas e escravistas na Companhia de Jesus, uma vez que, para sustentar os colégios, os padres começam a adquirir propriedades, especialmente, fazendas, escravos e gado. Da polêmica que tais práticas suscitaram, desde o início, diz Serafim Leite, que proveio de "insuficiente conhecimento do Direito Canônico e das Constituições da Companhia, como se os colégios da Companhia de Jesus não fossem entidades canônicas e civilmente capazes de possuir bens; ou se êsses bens não tivessem títulos civis e legais. A Companhia era entidade idônea canonicamente, porque as suas Constituições aprovadas pela Igreja, reconhecem e estabelecem as normas dêsse direito; era idônea civilmente, porque os Reis e autoridades civis as reconhecem em direito e na prática, doando-lhes bens materiais (...) "¹⁵.

Colégios e bens materiais: eis a relação que, de imediato, emerge. A propósito, Laerte Ramos de Carvalho afirma que "amparadas financeiramente pelo auxílio real, cresceram e se multiplicaram as casas da Companhia de Jesus"¹⁶ e enumera cinco colégios criados no século XVII. Já no século XVIII, em pouco mais de cinquenta anos, a expansão foi ainda maior, com a fundação de outros seis colégios. E isto em distanciados pontos do território, como o Maranhão, Paraíba, Santos, Pará, Olinda, Recife, Fortaleza e Desterro (Florianópolis).

Como sobreviviam esses colégios? Qual era a sua base econômica? Eis do que agora importa tratar.

Fazendas, escravos e gado: a base econômica dos Colégios Jesuíticos

Tratar das propriedades que os padres jesuítas possuíam no Brasil Colonial é um assunto espinhoso e não significa que estejamos atribuindo juízo de valor a essa prática.

Contudo, parece-nos necessário buscar a relação entre educação colonial e base econômica, uma vez que, na historiografia brasileira, é comum a alusão à posse de fazendas de gado pelos jesuítas. Mas, embora saibamos que toda ação educacional e cultural não prescinde de uma base material, mesmo que rústica, nos estudos sobre educação brasileira tal tema é quase ausente.

Foi o próprio Nóbrega quem começou a desenvolver uma política de posse de terras e de escravos, "política essa que poderia assegurar a continuidade dos trabalhos dos jesuítas"¹⁷, acredita Laerte Ramos de Carvalho, apesar de tal prática ter sido originada, inclusive, em disputas por bens envolvendo a Companhia e autoridades locais da Colônia e, mais tarde, contestada pelos próprios textos canônicos, abrindo divergências no interior da congregação. Luís da Grã, por exemplo, opôs-se à orientação de Nóbrega e, em 1556, com a aprovação das Constituições da Companhia, sua oposição foi reforçada, pois, de acordo com elas, os seus padres deveriam fazer voto de pobreza, o que significava que nenhum deles poderia possuir renda para o seu sustento ou para outra coisa. Mais que isto, atesta o mesmo autor: nenhuma Igreja ou casa, a não ser os colégios e estabelecimentos de noviciado, e estes mesmos para o sustento dos escolares, poderia ter renda própria.

Estava posto, assim, o conflito entre duas concepções: a defendida por Luís da Grã, mais franciscana, e a de Nóbrega. O tempo mostrou que a primeira não seria a vitoriosa. Foi, contudo, essa disputa que forçou, segundo Carvalho, o redirecionamento da ação jesuítica: das casas (bê-â-bã e catequese) passou-se à criação canônica dos colégios. Podendo estes possuir bens, evidencia-se a íntima aproximação de interesses entre a Companhia e a Coroa.

Assim, a fase das doações de vacas *para*

os meninos da terra" e de *"esmolas"* de el-Rei ficaria superada. O alvará de 1564, de D. Sebastião, que fixou a redizima de todos os dízimos da Coroa no Brasil como *"esmola"* perpétua ao colégio da Baía acabou estendendo a todos os demais colégios, inaugurando nova fase na vida da Companhia. Segundo Laerte Ramos de Carvalho: "Os recursos financeiros permitiram-lhe atuação mais ativa e garantiram-lhe a continuidade do trabalho catequético"¹⁸.

A expansão dos colégios é consequência, portanto, da autorização canônica, para que os mesmos possuíssem bens. E não foram poucos. A Fazenda de Santa Cruz, cujas origens datam do século XVI, no Rio de Janeiro, em 1742, tinha 7.658 cabeças de gado bovino; 1.140, de equino; e 200 de ovino, além de 700 *"servos"*¹⁹. Em 1757, eram 9.344 cabeças de bovino, das quais se tiravam, anualmente, 500 reses para o sustento dos padres. Eis como a descreveu Serafim Leite:

A Fazenda de Santa Cruz era povoação perfeita, com tudo o indispensável à vida civilizada progressiva, com as características de grande estabelecimento agrícola-industrial, modelar para o tempo: Igreja, vasta residência de sobrado, hospedaria, escola de rudimentos para os meninos e catequese. Hospital, cadeia (L) casa de farinha, descasca de arroz, casa de cortumes, engenhoca de aguardente, engenho de açúcar em construção, estaleiro (L) roças de mandioca, feijão e algodão, – a clássica policultura das grandes fazendas dos jesuítas²⁰.

Ele relata, ainda, que só no núcleo central havia 232 senzalas, onde as famílias viviam "sobre si mesmas", isto é, "os jesuítas deixavam perfeita liberdade aos seus escravos de escolherem noivas e noivos, sem se preocuparem com a côr, o azeviche africano ou o bronze indígena"²¹. Vê-se aqui, como em outros documentos, a menção aos escravos, embora o autor fizesse questão de realçar a "suavidade de trato"

dispensada pelos padres, fazendo de suas fazendas um "paraíso para os escravos"!

A princípio, continua Serafim Leite, era "um latifúndio desproporcionado, com mais prejuízo que proveito"²², mas os beneficiamentos foram tantos, que se cogitou de concentrar ali todo o gado existente nas demais fazendas jesuíticas do outro lado da Baía de Guanabara. Já no século XIX, a Fazenda de Santa Cruz passou a ser uma espécie de Residência Imperial, antes de se fundar Petrópolis. Nela passava as férias o Imperador D. Pedro I e era obrigatório aos representantes diplomáticos, ir ali fazer a corte durante 24 horas.

Mas o colégio do Rio de Janeiro possuía outras terras e escravos, cuja origem fora a famosa sesmaria de Iguacu, doada por Estácio de Sá aos jesuítas. Enquanto a cidade se circunscrevia ao Castelo, eles ali criavam gado; depois, com o seu espraiamento, a criação transferiu-se para terras distantes, sobretudo para as grandes Fazendas de Santa Cruz e para os Campos dos Goytacazes.

Gado, fabricação de açúcar... Engenho Velho, Engenho Novo, São Cristóvão... "duas pequenas ilhas defronte da Quinta de S. Cristóvão" e outros diversos "tractos de terra e negócios", além disso, a "Ilha de Villegaignon, temporariamente administrada pelos jesuítas, casas arrendadas dentro da cidade, nas Ruas Direita, Hospício, Ouvidor, Rosário (...)"²³. Tantas posses geraram conflitos e apelos à Roma em casos de arrendamentos. Os litigantes, em seu proveito, argumentavam sempre que as terras do Rio de Janeiro não pertenciam aos jesuítas, mas aos índios!

Mas não incidiram apenas no litoral brasileiro as posses dos padres inacianos. A sua extensão territorial foi bem mais larga. Muito longe dali, por exemplo, desde o século XVI, em terras a oeste, da missão do Itatim, no atual Mato Grosso do Sul, restou um gado

dos jesuítas chegados por Assunção, em 1588. Prova da presença jesuítica no sul do antigo Mato Grosso, que ainda não era Brasil, foi o gado que por lá restou após a expulsão.

Há poucas notícias de colégios nessas terras longínquas por onde andaram os jesuítas. Em Assunção funcionou um deles. Já na região norte de Mato Grosso, relatos de religiosos de outras congregações atestam que suas missões não duraram muito.

É o que registrou, por exemplo, Frei Pedro, da Ordem Franciscana, relembando que, em 1751, chegaram a Cuiabá com o primeiro Governador da Capitania, D. Antônio Rolim de Moura, os padres jesuítas Estevão de Castro e Agostinho Lourenço, "com a tarefa de cuidar da evangelização dos índios". Na Chapada dos Guimarães, o primeiro fundou uma aldeia "unindo os índios mansos e já dispersos pelos moradores". Lá erigiu uma capela de palha na qual foi armado um altar em que colocaram, entre outras, a imagem de Santo Inácio de Loyola. Mas a missão teve uma existência de curta duração, continua Frei Pedro:

Não tardou que se concretizasse a expulsão dos jesuítas do Reino de Portugal pelo todopoderoso Marquês de Pombal que, em combinação com diversos governos da Europa, queria exterminar os jesuítas da face da terra. Com efeito, em Carta Régia de 22 de agosto 1758, o Governo Português ordenou ao Governador Rolim de Moura que fizesse remeter ao Pará todos quantos religiosos da dita profissão (jesuítas) aparecessem nesses setões ou sejam portugueses, ou sejam castelhanos²⁴.

Na seqüência deste estudo, o que nos cumpre averiguar é se a ação educativa jesuítica nessas terras a oeste que, mais tarde seriam incorporadas ao Brasil, também esteve relacionada à posse de fazendas de gado e às práticas mercantilistas em geral. Tal desdo-

bramento será importante para conhecermos a base material que sustentou toda a obra educacional dos jesuítas, entre 1549 a 1759, no Brasil Colonial.

Quanto à expansão para o interior do Brasil, um novo capítulo na história de conquistas, catequese, ensino, aculturação, massacre de índios, alargamento de fronteiras e lenta constituição do Estado Nacional brasileiro estava se inaugurando nessa empreitada da Coroa Portuguesa e da Companhia de Jesus para o oeste. Latifúndio e escravismo, traços essenciais da colonização, mantinham-se intactos, beneficiando-se de uma mentalidade que lenta mas, eficazmente, foi sendo plasmada pelos jesuítas.

Conclusão

Não havia contradição entre os objetivos coloniais da Coroa Portuguesa e os interesses religiosos da Companhia de Jesus nas terras brasileiras. O cristianismo patrocinado pela Contra-Reforma conjugou-se perfeitamente com a montagem do sistema colonial português, de tal forma que os indígenas transformaram-se, ao longo de 210 anos, em verdadeiros missionários-fazendeiros. A obra jesuítica no Brasil Colonial foi completa. Os padres da Companhia atuaram nas duas esferas da sociedade colonial, ou seja: tanto na superestrutura espiritual quanto na estrutura econômica.

O padre Manuel de Nóbrega, o primeiro Provincial do Brasil (1553-1559), logo percebeu que seria impossível a empreitada evangelizadora da Companhia de Jesus sem a existência de uma base econômica para sustentá-la. A unidade produtora de riqueza material que financiou o edifício religioso jesuítico era igual àquela mantida pelos colonizadores seculares. Do ponto de vista da organização da produção, durante o século XVIII, quase não havia diferen-

ças entre uma fazenda de propriedade da Companhia de Jesus e a de um colono civil. Ambas eram constituídas pelo famoso tripé concebido pela empresa colonial portuguesa desde 1530: latifúndio, mão-de-obra escrava e monocultura/pecuária. Embora quanto a este último elemento, pelo menos no que diz respeito à Fazenda de Santa Cruz, como mencionou Serafim Leite, predominou a "clássica policultura das grandes fazendas dos jesuítas".

Economicamente, entretanto, as contradições entre colonos e jesuítas se acentuaram por dois motivos: primeiro, porque a Companhia de Jesus detinha o monopólio do trabalho compulsório dos indígenas aculturados nos preceitos cristãos por meio da catequese e da educação e, depois, porque era isenta dos impostos metropolitanos, ou como afirmou Celso Furtado: "a Ordem não pagava impostos nem publicava estatísticas"²⁵.

O exemplo clássico deste conflito entre jesuítas, de um lado, e colonos, do outro, deu-se no Estado do Maranhão. A pobreza nessa região do Brasil Colonial ao "obrigar seus colonos a lutar tão tenazmente pela mão-de-obra indígena e a correspondente reação jesuítica - de início simples defesa do indígena, em seguida busca de formas racionais de convivência, e finalmente exploração servil dessa mão-de-obra - constituíram fator decisivo de enorme expansão territorial que se efetua na primeira metade do século XVIII"²⁶.

Assim, podemos afirmar que a Companhia de Jesus extrapolou em muito ao escopo determinado pelo Concílio de Trento (1545-1563). No Brasil Colonial, os padres jesuítas não só arremataram novas almas para o rebanho da Igreja Romana, mas, também, amealharam um substancial patrimônio econômico por meio da agropecuária. Entre outros motivos, as fazendas tinham que sustentar financeiramente os colégios mantidos

pela Ordem dos Jesuítas. Esses, por sua vez, ocupavam uma posição de destaque no espaço geográfico dessas unidades produtoras principalmente de gado e cana-de-açúcar.

No século XVIII, a mão-de-obra utilizada nas fazendas jesuíticas já tinha uma preponderância significativa de escravos desfrancizados. Quanto aos alunos, no tocante à extração social, também já eram outros. No século XVIII, os colégios jesuíticos mantidos pelas fazendas, basicamente, só recebiam crianças filhas da aristocracia agrária. Os tempos heróicos dos primeiros padres já tinham ficado para trás. Agora, os jesuítas se preocupavam em formar os quadros dirigentes que ajudariam a manter o *status quo* da ordem colonial.

Notas:

¹ CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a el-Rei D. Manuel*, p. 60.

² Idem, p. 63.

³ Idem, p. 60.

⁴ PAIVA, José Maria de. *Educação e cultura: a sociedade brasileira no século XVI*, p. 03.

⁵ LEITE, Serafim S.J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. II, p. 04.

⁶ PAIVA, José Maria de. *Educação e cultura: a sociedade*

brasileira no século XVI, p. 02.

⁷ NÓBREGA, Manuel da. *Carta ao Padre Simão Rodrigues*, v. 1, p. 110-111.

⁸ LEITE, Serafim S.J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. I, p. 72.

⁹ PEREIRA, Rui. *Carta da Baía aos 15 de setembro 1560*, v. III, p. 305-306.

¹⁰ LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*, p. 187.

¹¹ Idem, p. 188.

¹² Idem, p. 186-188.

¹³ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso*, p. 156.

¹⁴ LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*, p. 189.

¹⁵ LEITE, Serafim S.J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. VI, p. 75-76.

¹⁶ CARVALHO, Laerte Ramos de. *Ação missionária e educação*, p. 142.

¹⁷ Idem, p. 139.

¹⁸ Idem, p. 141-142.

¹⁹ LEITE, Serafim S.J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. VI, p. 57.

²⁰ Idem, t. VI, p. 57-58.

²¹ Idem, t. VI, p. 59.

²² Idem, t. VI, p. 61.

²³ Idem, t. VI, p. 72-73.

²⁴ KNOB, Frei Pedro. *A missão franciscana do Mato Grosso*, p. 166.

²⁵ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, p. 90.

²⁶ Idem, p. 68.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Laerte Ramos de. *Ação missionária e educação*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. t. 1, v. 1, l. 3.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

HUZIWARA, Érika C.; BRESCI, Melissa Salato; CALIN, Márcia T. C.; FERREIRA Jr., Amarílio; BITTAR, Marisa. A base econômica dos colégios jesuíticos no Brasil Colonial. In: VI CIC da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998. *Programação Geral*. São Carlos: UFSCar, 1998, p. 36.

KNOB, Frei Pedro. *A missão franciscana do Mato Grosso*. Campo Grande: Publicação da Custódia Franciscana das Sete Alegrias de Nossa Senhora de Mato Grosso, 1988.

LEITE, Serafim S. J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. t. II.

_____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. t. VI.

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, Eliane M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 43-60.

PAIVA, José Maria de. Educação e cultura: a sociedade brasileira no século XVI. In: XXI Simpósio Nacional de História: A História no Novo Milênio: entre o individual e o coletivo. Niterói, 2001. *Livro de Resumos*. Niterói: Associação Nacional de História (ANPUH) e Universidade Federal Fluminense (UFF), 2001. p. 361.

PALOMINO, Thaís J.; ARCHIZA, Maria A. Guitti; MARINI, Fabiana; BITAR, Marisa; FERREIRA Jr; Amarillo. A escola do bê-á-bá no Brasil Colonial. In: VI CIC da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998. *Programação Geral*. São Carlos: UFSCar, 1998, p. 36.

Fontes impressas

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta a el-Rei D. Manuel. In: ARROYO, Leonardo. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*: ensaio de informação à procura de constantes válidas de método. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

NÓBREGA, Manuel da. Carta ao Padre Simão Rodrigues. In: LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. (1538-1553). Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1956. v. I.

PEREIRA, Rui. Carta da Baía aos 15 de setembro 1560. In: LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil*. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1958. v. III.